

DISCURSOS DIVERSOS: HISTÓRIAS DA ARQUITETURA RESIDENCIAL NACIONAL NAS PRÁTICAS PRESERVACIONISTAS (LUIZ SAIA, NESTOR GOULART REIS FILHO E CARLOS LEMOS)

Walter Francisco Figueiredo Lowande¹

Resumo

Propomos, neste artigo, algumas hipóteses alternativas para o estudo as práticas preservacionistas nacionais. Analisamos, para tanto, textos de história produzidos por Luiz Saia, Nestor Goulart Reis Filho e Carlos Lemos, todos arquitetos paulistas, e suas relações com as práticas preservacionistas nacionais e locais. Tais textos são tomados enquanto ações individuais, mais especificamente atos de fala, que visaram inovar ou mesmo alterar os complexos de significados que guiaram os tombamentos do patrimônio histórico nacional.

Palavras-chave: práticas preservacionistas; historiografia; ação individual

Abstract

We propose, in this article, some alternative hypotheses about the national preservationist practices. Are analyzed history texts produced by Luiz Saia, Nestor Goulart Reis Filho e Carlos Lemos, all architects from São Paulo, and your relations with the national and local preservationist practices. These texts are focused as individual actions, more specifically speech acts, which aim to renew or modify the means complexes that guide the *tombamentos* of national historical heritage.

Keywords: preservationist practices; historiography; individual action

Este artigo tratará da pesquisa relacionada a determinados textos de história e suas relações com as práticas preservacionistas nacionais, conforme a temos desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto. Nesse trabalho são analisadas, mais especificamente, as seguintes obras: *Morada paulista*, de Luís Saia (2005), na qual este autor reúne textos seus escritos entre 1945 e 1963; *Quadro da arquitetura brasileira*, também uma reunião de textos, na verdade ensaios, produzidos por Nestor Goulart Reis Filho (1983) entre 1963 e 1969; e *Arquitetura brasileira* e *A casa brasileira*, ambas de autoria de Carlos Lemos (respectivamente 1979 e 1989).

Os textos acima arrolados possuem algo em comum: todos versam sobre a história da arquitetura nacional (seja numa abordagem local ou geral) e foram escritos por arquitetos paulistas diretamente ligados tanto ao PHAN quanto a órgãos preservacionistas locais, paulistas ou paulistanos. A seleção destas fontes se deu em função de pressupostos analíticos

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto. **Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).**

em grande medida diversos, como veremos, dos adotados tradicionalmente na análise desta problemática.

1. Campo e formação discursiva hegemônica: a literatura acadêmica sobre políticas preservacionistas nacionais

Em seu livro *O patrimônio em processo* (1997), Maria Cecília Londres Fonseca identificou algumas dificuldades pelas quais passaram as práticas preservacionistas federais na década de 1990. Dentre elas, cabe destacar a lentidão do andamento dos processos de tombamento, sendo que este instrumento jurídico continuou a ser privilegiado na proteção oficial dos bens representativos da memória e identidades nacionais, e a reforma administrativa e conseqüente dissolução do Conselho Consultivo da SPHAN,² que acarretaram na paralisação das atividades do órgão naquele período. Além disso, a autora notou que as inovações conceituais sustentadas por Aloísio Magalhães e pelo grupo que compunha o Centro Nacional de Referência Cultural – o CNRC – não surtiram o efeito prático que se almejava.

Talvez estes fatores tenham sido responsáveis pelo surgimento, nesta mesma década, de uma literatura acadêmica crítica, preocupada em analisar a “trajetória” das práticas preservacionistas nacionais, identificando seus problemas e, assim, propondo soluções para o presente. Com esta literatura contribuíram, além da própria Fonseca, profissionais de diversas áreas, sobretudo da Antropologia, da Arquitetura e da História. Embora não possamos, a rigor, classificar este conjunto de textos como sendo uma produção historiográfica,³ devemos destacar dois elementos que o aproximam desta prática cultural.

Em primeiro lugar, estes textos apresentam uma normatividade. Procuram dotar as práticas preservacionistas nacionais de um sentido, muitas vezes manifesto na noção de “trajetória”, conforme proposta por Magalhães,⁴ na qual se pode observar tanto exemplos de rigor ético e científico quanto contra-exemplos de elitismos intelectuais. Estes autores, na maioria dos casos inseridos nesta instituição, procuram orientar, portanto, a conduta

² Então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

³ Primeiramente, as características que serão expostas não bastam para enquadrá-los numa produção historiográfica (pois, desta forma, narrativas mitológicas e mesmo o pensamento teológico poderiam reclamar o mesmo *status*). Em segundo lugar, estes textos foram escritos, como já mencionamos, por profissionais advindos de outros campos do conhecimento (os cientistas sociais e os antropólogos, por exemplo, têm em vista um conhecimento em certa medida diverso do historiográfico).

⁴ A presença da noção de “trajetória” nos discursos de Aloísio Magalhães é enfatizada numa publicação que os reúne sob o título de *E triunfo?*, publicação na qual pode ser encontrada a definição desta noção segundo o próprio *designer* pernambucano (Magalhães, 1997).

preservacionista presente através dos acertos e desacertos do PHAN ao longo de sua história. Assim, este conjunto de textos se aproxima de uma historiografia por se enquadrar numa definição segundo a qual esta prática cultural

“pode ser caracterizada como processo da constituição narrativa de sentido, na qual o saber histórico é inserido (mediante narrativa) nos processos comunicativos da vida humana prática. É nesses processos que o agir humano e a autocompreensão dos sujeitos se orientam pelas representações das mudanças temporais significativas” (Rüsen, 2007: 43).⁵

Em função desta preocupação normativa vemos, por exemplo, o SPHAN ser tratado por alguns autores como uma “academia”⁶ (Santos, 1996; Cavalcanti, 1996; Rubino, 1992⁷). A pretensão de rigor científico dos estudos e pesquisas destes intelectuais, em geral especialistas em suas respectivas áreas, conferiu autoridade à prática preservacionista do SPHAN e consolidou uma produção intelectual que até hoje é referência na área de história da arte e arquitetura brasileiras.

Para Gonçalves, o rigor científico, ou “objetividade”, do discurso dos funcionários do SPHAN (Gonçalves refere-se especificamente a R. M. F. de Andrade) é uma estratégia adotada para narrar “uma obra de civilização”. Além disso, essa abundantemente apontada “seriedade no trato com o passado” teria contribuído para uma “tomada de consciência sobre o patrimônio”. Poderíamos acrescentar que esta objetividade adquire atualidade no papel que o IPHAN pretende assumir contemporaneamente.⁸

Em segundo lugar, estes textos pretendem definir, portanto, uma identidade. Almeja-se através deles, de uma forma ou de outra, estabelecer, como vimos, um perfil de atuação para o órgão no presente. Este “perfil institucional” pressupõe a definição de práticas preservacionistas que são consideradas mais adequadas à “gestão” da memória e identidades nacionais. Os autores que escrevem a história do SPHAN, ao ocuparem os papéis

⁵ A contribuição de Rüsen no que diz respeito a uma teoria da historiografia não se restringe, no entanto, a este aspecto. Poderíamos destacar outras características da prática historiográfica, como sua pretensão de ser um conhecimento válido sobre algo, seus aspectos retóricos e estéticos e suas formas ou *topos* (tradicional, exemplar, crítico e genético), tudo passível de identificação nos textos aos quais nos referimos. No entanto, para os limites deste artigo e para os aspectos que pretendemos destacar, acreditamos que bastem estas considerações sucintas.

⁶ Sobre a expressão “Academia SPHAN”, cunhada por Mariza Santos, cf. Fonseca, 1997: 124.

⁷ Na realidade, Silvana Rubino refere-se, mais especificamente, a um “clima universitário”. Cf. Rubino, 1992: 172.

⁸ Essa é a posição, por exemplo, de Francisco Weffort, então ministro da cultura, quando prefacia a edição comemorativa (nº 26) da *Revista*: “por meio de seus atos corajosos, da dedicação e do preparo de seus funcionários, da divulgação conscienciosa de seus estudos e idéias, o SPHAN contribuiu decisivamente para que se consolidasse, entre os brasileiros, a consciência de que, para além dos bens de posse privada, há um patrimônio que pertence à nação e que, por seu valor enquanto expressão de nossa história e de nossa cultura, merece ser preservado (Weffort, 1997: 6). Weffort ainda arremata: “não creio que estes artigos [reunidos no número comemorativo da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*], apesar do grande avanço das pesquisas acadêmicas, tenham perdido em atualidade” (*Ibid*: 7).

institucionais herdados por este órgão, devem se identificar com algum conjunto de práticas. Ora, não há identidade sem história, conforme propõe Hermann Lübke (1983). Por outro lado, também não há identidade sem a existência de um “outro”. Uma produção semelhante à historiográfica permite, portanto, que estes autores assumam determinados papéis institucionais que se legitimam em detrimento de outros. Tais papéis somente podem ser apresentados historicamente, e a historiografia se mostra, desta forma, um instrumento necessário para se efetivar este conjunto de práticas preservacionistas. Podemos então compreender porque é destacada a seriedade relativa ao trato com o passado que teria perpassado tanto a “era Melo Franco de Andrade” quanto a de Magalhães; por outro lado, podemos também entender por que esta primeira fase do PHAN é relacionada à imposição de uma visão elitista de patrimônio, enquanto a segunda é ligada a uma atuação mais democrática, portanto superior.⁹

Assim, as práticas preservacionistas levadas a cabo nas primeiras décadas do SPHAN se ligariam, de acordo com esta literatura acadêmica, de uma forma ou de outra, ao fenômeno cultural denominado “modernismo”, que gozou de notável influência no Brasil sobretudo na primeira metade do século XX. No entanto, *moderno* é um rótulo demasiadamente genérico, e os trabalhos aos quais temos nos referido tratam de grupos intelectuais mais restritos. Cavalcanti, por exemplo, destaca o papel dos “arquitetos modernos” (Cavalcanti, 1996: 107). Fonseca, por sua vez, enfatiza a posição dos “modernistas mineiros” (Fonseca, 1997: 100), enquanto que Márcia Chuva, que considera que chamar este grupo simplesmente de “modernista” não é suficiente, demonstra que os membros do SPHAN pertenciam à “quarta corrente” do modernismo, representante da “vertente universalista e cosmopolita do modernismo mineiro” (Chuva, 2003: 315), e que teria se formado inicialmente em torno da *Revista do Brasil*. Surgem então como principais construtores deste discurso o próprio Melo Franco de Andrade, Carlos Drummond de Andrade e Lucio Costa.

2. Hipóteses alternativas: Ação individual e inovação nos complexos de significados

Utilizado de modo a dar unidade a uma determinada forma de ação, o conceito de “modernismo” tende a ser tratado como uma espécie de “espírito de época” que determina as práticas preservacionistas levadas a cabo pelos funcionários do PHAN. É certo que estes atores tiveram, de fato, que lidar com determinados significados consensuais, como, por

⁹ Esta dicotomia entre as duas fases do PHAN é melhor explicitada em Fonseca (1997) e Gonçalves (2002), não obstante esteja implícita nos demais textos que analisamos por ora.

exemplo, a crença amplamente difundida naquele período de que a modernização do país deveria ser buscada numa tradição cultural a ser descoberta por intermédio de uma análise rigorosa do passado. Todavia, acredito ser mais profícuo tentar compreender como estes autores utilizaram estes significados em suas ações, e não partir do pressuposto segundo o qual esta “modernidade” determinaria a ação dos indivíduos em questão. A meu ver, tem-se assim interpretado, um tanto “foucaultianamente”, a ação dos funcionários do SPHAN, que agiriam impelidos por uma formação discursiva hegemônica identificada a algum tipo de modernismo.

Podemos então dizer que, em primeiro lugar, estas análises supervalorizam (e assim também canonizam) uma formação discursiva em detrimento de outras, e o órgão se torna então um aparelho legitimador nas mãos de uma elite intelectual que teria “se apoderado do campo”. A referência ao conceito proposto por Pierre Bourdieu (1989) não é gratuita, visto que freqüentemente é implícita ou explicitamente utilizada por estes autores. Possuidores de autoridade tanto moral quanto intelectual (ou, em outras palavras, detentores de um elevado montante de capitais simbólico, cultural e social, por exemplo), os “modernistas mineiros” (sobretudo Carlos Drummond de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade, sob a proteção de Gustavo Capanema) aliados aos “arquitetos modernos” (cujo líder e principal expoente foi sem dúvida Lucio Costa) teriam monopolizado o campo das práticas preservacionistas, impondo assim uma formação discursiva como instrumento de nomeação legítima da realidade. O período de hegemonia de tal formação discursiva teria correspondido àquilo que se convencionou denominar “fase heróica”, e somente teria cedido lugar, a partir de meados da década de 1970, à nova formação discursiva proposta pelo grupo liderado por Aloísio Magalhães. Assim, a trajetória do PHAN é narrada como sendo a sucessão de duas grandes formações discursivas, coincidentes com o “ideário” de seus diretores e principais colaboradores.

Outro ponto que desejamos questionar é o que se refere ao papel da produção historiográfica ligada ao PHAN. Esta tem sido posta em segundo plano nas análises que tratam deste órgão. Os autores que se dedicam ao tema conferem um papel central ao tombamento, considerado um “momento mágico” ou um “rito social” que revestiria o bem protegido de características que antes não possuía, atribuindo-lhe valores culturais ou simbólicos protegidos pelo governo federal. Silvana Rubino, por exemplo, afirma que

se o tombamento não é a totalidade do trabalho de preservação, é o momento mágico da classificação: é quando se fixa o que antes estava solto, quando se destaca e se discretiza o que antes era parte de um contínuo. Ao ganhar um número de inscrição, o bem ganha uma segunda existência: passa a fazer parte do modelo reduzido de um país virtual (Rubino, 1992: 110).

A autora chega até a se referir a um “totemismo cultural”.¹⁰ Santos, por sua vez, acrescenta que “esse ato mágico de nomear o mundo real, de dar-lhe substância simbólica, só adquire eficácia social se exercido por um sujeito (indivíduo/grupo) possuidor de autoridade reconhecida, o que faz sobrepor, por seu turno, uma nuance de sacralidade aos atos exercidos” (Santos, 1996: 79).

O conjunto de fontes que temos utilizado nos tem levado a levantar duas hipóteses alternativas. Em primeiro lugar, acreditamos que o PHAN sustentou-se ao longo destas mais de sete décadas mais por abrigar interpretações divergentes acerca do patrimônio nacional que por impor apenas uma delas. Somente assim este órgão poderia contar com a colaboração de uma grande quantidade de talentosos intelectuais, cada um com uma pessoal interpretação sobre a formação cultural nacional (embora, *grosso modo*, possa afirmar-se que todos, de alguma forma, eram “modernos”), sendo o acordo sobre quais seriam os consensos obrigatórios e os dissensos suportáveis fundamental. Os autores com os quais trabalhamos são um exemplo, ou melhor, uma evidência, de um posicionamento, político e intelectual, e de formas de ação, em muitos aspectos, divergentes daqueles que seriam previsíveis dentro do que a produção historiográfica consolidada costuma chamar de “formação discursiva hegemônica” do PHAN.

Em segundo lugar, cremos que a produção historiográfica tem, nesse tipo de prática cultural, um papel mais importante do que costumeiramente lhe é imputado. Haja vista seu potencial de orientação de condutas no presente pela organização da consciência relativa ao passado, bem como sua função de “apresentação de identidades”, supomos que sua presença no PHAN não é de modo algum acessória. Pelo contrário, sustentamos que, muito embora nos momentos iniciais da atuação do órgão os tombamentos tenham sido realizados em caráter de urgência, posteriormente os textos de história adquiriram um papel central na disputa pela definição dos bens a serem preservados. É o que nos permite afirmar o confronto da produção historiográfica que temos em mãos com os dados relativos à atuação institucional de seus autores.

Acreditamos que as hipóteses acima elencadas somente podem ser comprovadas mediante uma análise de determinadas ações individuais efetuadas em contextos específicos.

¹⁰ Cf. Rubino, 1992: 110-1. A partir desta terminologia, mesclada com as hipóteses weberianas sobre a racionalização do poder hierocrático, Rubino classifica inclusive Mário de Andrade como sendo o “profeta” deste grupo e R. M. F. de Andrade o “sacerdote”.

As ações que enfocamos são atos lingüísticos,¹¹ efetuados em textos historiográficos e que visam inovar ou mesmo alterar complexos de significados específicos, relativos à constituição do patrimônio artístico e histórico nacional.

Embora possamos, de fato, encontrar na história do PHAN mecanismos legitimadores interessados na institucionalização de um complexo de significados específico (a exemplo da pretensão de rigor científico e do dever ético pelo qual se justificou preservação de nossos bens culturais ameaçados), devemos nos lembrar de que as instituições nunca são definitivas ou inalteráveis, ou do contrário deveríamos supor uma sociedade sem história. Embora aceitemos os significados institucionalizados que nos cercam, na maior parte do tempo, sem questionamento, basta que lhe dirijamos nossa atenção a fim de percebermos sua polissemia.¹² Desta forma, junto ao significado mais visível, ou seja, o senso comum ou o “sentido literal” (cf. Orlandi, 1988), têm-se uma série de outros significados objetivos latentes, desprendidos da subjetividade individual, que se tornarão ou não consensuais de acordo com o crescimento de sua eficácia ou do empenho dos atores em legitimá-los.

3. A produção paulista

Creio que podemos agora traçar caminhos interpretativos para as fontes que nos possibilitarão a demonstração destas hipóteses. A seleção destas fontes se deu em função de dois pressupostos. Em primeiro lugar, vimos que as práticas preservacionistas precisam apoiar-se numa produção historiográfica. A historiografia pode ser considerada uma forma de conhecimento particularmente útil aos propósitos de uma instituição como o PHAN, ou seja, a construção de uma memória e identidades nacionais. Tal construção se dá por intermédio da proteção de determinados artefatos, cuja inserção em uma suposta evolução cultural essencialmente nacional somente se demonstra caso ancorada num conhecimento que é, por excelência, historiográfico. Como vimos, a produção historiográfica delimita identidades (Lübbe, 1983) e orienta condutas pela organização da consciência temporal dos indivíduos (Rüsen, 2007). Além disso, quando ancorada em critérios metodológicos rigorosos, em conceitos claramente definidos, pretende oferecer um conhecimento “válido” sobre algo,

¹¹ Sobre a teoria dos atos de fala, cf. Mainguenu (1996). A utilização deste conceito provocou a polêmica travada entre Pocock (2003) e Skinner (2006), em torno, principalmente, das intenções dos autores. Creio, no entanto, que estes autores supervalorizam os contextos em detrimento dos atores, não levando em conta que a linguagem se origina dos significados subjetivos exteriorizados e intersubjetivamente compreensíveis (cf. Berger; Luckmann, 1985 e Luckmann, 1996, de quem utilizamos o conceito de “complexo de significados”).

¹² Sobre a questão das institucionalizações alternativas, cf. Eisenstadt e Roninger (1984) e Berger e Luckmann (1985). Sobre a interpretação das ações individuais, cf. Schütz (1972).

pretensão esta extremamente propícia para os fins de seriedade no trato com o passado conforme defendido pelo PHAN ao longo de sua história.¹³ Por isso sustentamos que as disputas do que deve ou não ser preservado se dá no nível da escrita de sua história, estando então já definidas antes que sejam tombadas oficialmente.

Definido portanto o tipo de material que nos é significativo, devemos então saber com quais destes textos historiográficos iremos trabalhar. Caso analisássemos textos de autores como Lucio Costa ou Rodrigo Melo Franco de Andrade, já largamente explorados pela literatura acadêmica contemporânea, certamente chegaríamos às mesmas conclusões dos autores que citamos no início deste texto. No entanto, como explicar que pontos de vista de autores como Luiz Saia, Nestor Goulart Reis Filho e Carlos Lemos (por vezes diametralmente opostos aos de Melo Franco e Costa) tenham encontrado abrigo nos principais órgãos preservacionistas do país, ou seja, tanto no PHAN como em instituições alternativas?

Como salientamos acima, existem determinados consensos que são essenciais para uma ação racional coordenada,¹⁴ como a almejada pelo PHAN. Poderíamos dizer, no caso desta instituição, que o consenso básico é a crença na existência de uma evolução cultural capaz de esclarecer as ações planejadas para o futuro. Talvez pudéssemos mesmo afirmar que esta seja a crença básica para o pertencimento ao aparelho institucional e ao acesso aos papéis às ações por ele possibilitadas. No entanto, além deste consenso mínimo (para além do qual somente podem existir instituições alternativas ou uma alteração na estrutura básica da instituição, a exemplo do que se tentou, sem muito êxito, a partir da construção do CNRC), há, dependendo do nível de coerção exercido pela instituição, um vasto espaço para disputas capazes de definir as posições individuais dos atores (por vezes posições coletivas) dentro dela. Se, neste caso, a crença em uma evolução cultural nacional somente pode ser questionada a partir de uma tentativa de dissolução da instituição (o que não se pode dizer que não foi inclusive tentado¹⁵), o próprio caráter dessa evolução foi constante alvo de disputas dentro do órgão, sendo tais divergências notáveis inclusive no caráter dos bens preservados.

Para que fossem tombadas residências bandeiristas, por exemplo, não bastaria o amplo levantamento de dados realizado por Mario de Andrade e sua equipe da 6ª Regional do SPHAN (cf. Gonçalves, 2007). O próprio polígrafo paulistano salientou que “não é possível esperar-se de S. Paulo grande coisa com valor artístico tradicional” (*Apud* Gonçalves, 2007:

¹³ A este respeito, cf. Rüsen, 2001.

¹⁴ Sobre o papel da análise da ação individual em ações coordenadas, cf. Boudon, 1995 e Crozier, 1981.

¹⁵ As disputas travadas com o grupo “neocolonial” de Ricardo Severo e José Mariano Filho e com outros grupos no período inicial de implantação do SPHAN é um claro exemplo disso. A este respeito, cf. Rubino, 1992.

53). Isso significa que as habitações paulistas não podiam ser consideradas dignas representantes da arquitetura verdadeiramente nacional, pois não se enquadravam nos critérios que então gozavam da maior autoridade, ou seja, os que foram esboçados no texto *Razões da Nova Arquitetura*, escrito em 1934 por Lucio Costa.¹⁶ Ora, tais critérios plásticos, que de fato procuravam dotar nossa arquitetura e, por conseguinte, nossa cultura, de traços universais, não deixava espaço para a proteção das construções paulistas, destituída de tais valores segundo esta ótica. O esforço de Luiz Saia em demonstrar a significância da evolução regional paulista para a formação cultural nacional foi fundamental para que pelo menos algumas das poucas habitações seissentistas e setecentistas paulistas restantes fossem preservadas. Para tanto, Luiz Saia necessitou inovar através de uma construção historiográfica, para a qual os traços essenciais da casa nacional de seriam determinados por fatores diversos, tais como as características do meio físico e social, os ciclos socioeconômicos derivados do relacionamento do homem com o meio, os choques culturais, os traços psicológicos dos moradores etc., o que lhe permite afirmar, apoiado numa periodização da evolução da arquitetura paulista, que a casa construída pelo bandeirante é fundamental para o entendimento das características construtivas e, por extensão, culturais, do brasileiro.

Se, por um lado, Saia tomou por certo a existência de uma evolução da arquitetura nacional (como vimos, condição *sine qua non* de pertencimento ao SPHAN), ele precisou reformular os fundamentos de tal evolução. E, obviamente, isto não foi feito do nada. O arquiteto paulista teve a sua disposição diversos complexos de significados alternativos que puderam ser utilizados em ações cujo fim foi a alteração, em alguma medida, dos critérios de tombamento. É, portanto, importante que analisemos com cuidado as relações que manteve com intelectualidade paulista presente na fundação da USP, da Escola de Sociologia e Política, da Revista *Clima* e do Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo, assim como a intensa urbanização pela qual passou esta cidade na primeira metade do século XX, ou com os arquitetos (sobretudo Sylvio de Vasconcellos) da Escola de Arquitetura hoje pertencente à Universidade Federal de Minas Gerais. Além disso, há todo um referencial teórico-metodológico a ser estudado que se encontra protegido pela Biblioteca Luiz Saia, sob responsabilidade da 9ª Superintendência Regional do IPHAN, situada na capital paulista.

¹⁶ Segundo o arquiteto franco-carioca, os trópicos forneceram à arquitetura portuguesa condições para que aqui desenvolvesse características ímpares, traduzidas em seu conceito de “saúde plástica”. A sobriedade, o equilíbrio entre forma e função, a “ausência de *make-up*”, seriam os traços que ligariam a arquitetura colonial à moderna, excluindo a arquitetura eclética e neocolonial desta “linha evolutiva” da “verdadeira arquitetura nacional”. O texto “Razões da Nova Arquitetura” encontra-se disponível em www.vitruvius.com.br/documentos/arquitetos/lucio02.asp

Nestor Goulart Reis Filho, por sua vez, foi mais radical em suas ações. Tentou encarar “os fenômenos arquitetônicos com a objetividade de uma abordagem científica”, superando “os limites das análises de problemas puramente formais”, no intuito de

relacionar a arquitetura com um quadro mais amplo, especialmente com as estruturas urbana e com as condições de evolução social e cultural do Brasil, isto é, tínhamos necessidade de deixar de encará-la como simples transposição de arquitetura européia, para reconhecer a evolução de suas condições concretas de produção e uso no país (Reis Filho, 1983: 9-10).

Assim, a arquitetura nacional passa a ser compreendida por intermédio de algumas variantes, cientificamente comprováveis, que determinariam sua evolução, ou seja, o lote no qual é implantada e o nível de desenvolvimento tecnológico e social de cada configuração histórica. Com isso, passa a haver uma valorização da arquitetura do século XIX, considerada mais avançada tecnologicamente que a colonial. Possibilitaram tais formulações o contato com a segunda geração de cientistas sociais da USP, as reformulações curriculares da FAU-USP, para as quais parece ter influído, e a leitura das proposições teóricas de Leonardo Benévolo (1976; 1991), que sugere um novo enquadramento temporal para a arquitetura moderna. Se no PHAN ainda hoje a arquitetura eclética e neocolonial ocupa um espaço pequeno no rol dos bens preservados, este não é o caso do acervo tombado pelo CONDEPHAAT.

Temos, por fim, o trabalho de Carlos Lemos. Sua obra surge num contexto no qual a autoridade discursiva dos arquitetos na SPHAN se via ameaçada pela noção de “bem cultural”. Lemos então propôs um novo critério para a compreensão da evolução da arquitetura nacional: a *função* da arquitetura passa a ser privilegiada na análise do partido arquitetônico. Os usos da arquitetura pelos diferentes estágios de desenvolvimento cultural nacional passam a definir a evolução arquitetônica do país. Desta forma, Lemos propõe um panorama geral da arquitetura nacional a partir da análise interdisciplinar dos partidos, no qual se destacam três grandes momentos: a arquitetura paulista do ciclo bandeirista, o barroco mineiro e arquitetura contemporânea (“moderna”). No entanto, Lemos não deixa de estudar o neoclássico e o ecletismo, destacando os avanços tecnológicos e construtivos pelos quais passou. Esse enfoque de certa forma culturalista parece ter sido propiciado por uma leitura mais atenta da obra de Gilberto Freyre, constantemente citado pelo autor. O contato com Ernani Silva Bruno e Aracy Amaral parece ter contribuído para uma maior preocupação com a questão dos costumes. O autor também foi membro do CONDEPHAAT, professor da FAU e membro do conselho consultivo do IPHAN. Trabalhou, além disso, com Oscar Niemeyer na década de 1950.

Assim, num primeiro momento, temos tentado identificar nos textos de história dos autores enfocados os atos lingüísticos que claramente se mostram inovadores em relação aos complexos de significados mais consistentemente estabelecidos (já fartamente explorados pela literatura que trata desta temática). Esta identificação deve ser feita com base numa leitura atenta ao caráter das inovações, ou seja, de onde foram extraídas, com quais motivações, se foram bem sucedidas etc.

Um segundo passo tem sido a realização de um levantamento dos complexos de significados disponíveis a estes autores e a análise da forma pela qual foram, se de fato foram, utilizadas, bem como se tal utilização se deu com sucesso ou se foi rechaçada. Tais complexos de significados se encontram ora explícitos nas obras dos autores, ora implícitos, podendo ser atribuídos aos contextos intelectuais e institucionais nos quais se encontravam inseridos.

Por fim, a efetividade destes atos deve ser “mensurada” com base nos dados institucionais, mormente os relativos aos tombamentos realizados. Somente assim teremos condições de saber em que medida o PHAN pode ser considerado um órgão que comportou pontos de vista diversos, se somente no plano teórico ou intelectual ou se tais diversidades tiveram realmente uma implicação prática.

Referências bibliográficas

- BENEVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.
- _____. *A cidade e o arquiteto: método e história na arquitetura*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.
- BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 18ª ed. – Petrópolis: Vozes, 1985.
- BOUDON, Raymond [dir.]. *Tratado de sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- CAVALCANTI, Lauro. “O cidadão moderno”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. s.l.: Iphan; Ministério da Cultura, 1996, n.24, pp. 106-115.
- CHUVA, Márcia. “Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado”. *Topoi*, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003, pp. 313-333.
- CROZIER, Michel. *O fenômeno burocrático: ensaio sobre as tendências burocráticas dos sistemas de organização modernos e suas relações, na França, com o sistema social e cultural*. Editora Universidade de Brasília, 1981.
- EISENSTADT, S. N. e RONIGER, L. *Patrons, Clients and Friends: Interpersonal Relations and the Structure of Trust in Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro; UFRJ: IPHAN: 1997.
- GONÇALVES, Cristiane Souza. *Restauração arquitetônica: a experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 2002.

LE MOS, Carlos. *A casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. *Arquitetura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos; Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

LÜBBE, Hermann. *Filosofía Práctica y teoría de la historia*. Editorial Alfa: Barcelona, 1983.

LUCKMANN, Thomas. “Nueva sociología del conocimiento”. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*. S.l. 1996.

MAGALHÃES, Aloísio. *E triunfo?: A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. 5ª ed. – São Paulo: Perspectiva, 1983.

RUBINO, Silvana. As fachadas da história: as origens, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1936-1967. Dissertação – Campinas, IFCH, 1992.

RÜSEN, Jörn. *História Viva*. Brasília: Unb, 2007.

_____. *Razão histórica: teoria da história - fundamentos da ciência histórica*; tradução de Estevão C. de Rezende Martins. – Brasília: Editora da UNB, 2001.

SAIA, Luiz. *Morada Paulista*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. “Nasce a academia SPHAN”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. s.l.: Iphan; Ministério da Cultura, 1996, n.24, pp. 77-95.

SCHÜLTZ, Alfred. “La formulacion de nuestro problema: los conceptos metodologicos de Max Weber”. In *Fenomenologia del mundo social*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1972.

SKINNER, Quentin. “Interpretation and the understanding of speech acts”. In _____. *Visions of politics: regarding method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

WEFFORT, Francisco. “Prefácio”. In *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. s.l.: Iphan; Ministério da Cultura, 1996, n.24, pp. 5-6.